**Eduardo Cunha: o que diz Rodrigo Janot?**

**21/12/2015**

**Caci - Pastoral Fé e Política**

*Texto para o programa “A Igreja em Notícia” da Rádio 9 de Julho*

Os acontecimentos da semana passada, (de 14/12/15 a 19/12/15), na Câmara Federal reforçam a certeza de que temos que aprovar o Projeto de Lei de Iniciativa Popular *Eleições Limpas,* proposto pela Coalizão pela Reforma Política Democrática, integrada pelo Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, MCCE, pela CNBB, pela OAB e dezenas de outras entidades. Esse projeto, que tem como um dos seus principais objetivos proibir que empresas financiem partidos, os políticos e suas campanhas, continua coletando assinaturas de apoio. [www.reformapolíticademocratica.org.br](http://www.reformapolíticademocratica.org.br)

Vejam que as manobras, projetos, ações e manifestações do presidente da Câmara, deputado Eduardo Cunha, revelam a ação de um político comprado pelo dinheiro de grupos econômicos, atuando a favor desses grupos e, na situação atual, fazendo uso do relevante cargo que ocupa para dificultar investigações a respeito de sua pessoa. Cunha, conforme notícias veiculadas pela imprensa desde o início do ano, teria recebido propina por intermediar negócios entre a Petrobrás e as empresas, aliás, muito conhecidas dos brasileiros, Mitsui e Samsung.

Em março, por iniciativa própria, Cunha procura a Comissão Parlamentar de Inquérito, (CPI), da Petrobrás, instalada pela Câmara dos Deputados e nega ter contas em bancos da Suíça. Em setembro, o Ministério Público da Suíça envia ao Brasil denúncias do envolvimento de Eduardo Cunha em corrupção e lavagem de dinheiro e documentos que comprovam que Cunha tem contas no exterior.

Face à evidência dos fatos, foi pedida a instalação de um processo contra Cunha por ter mentido aos seus pares e, na 4ª feira passada, dia 16/12, a Comissão de Ética aprovou que o processo de cassação de Cunha fosse submetido ao julgamento do plenário da Câmara.

Nesta mesma 4ª feira, o Procurador Geral da República, Rodrigo Janot pediu ao ministro Teori Zavascki que Cunha seja afastado do cargo de presidente da Câmara.

É bom ter presente que o Procurador Geral da República, Rodrigo Janot, é chefe do Ministério Público da União, sendo o Ministério Público , por determinação da constituição federal, instituição essencial à tarefa do Estado de exercer a justiça, responsável pela defesa da ordem jurídica, do regime democrático, dos interesses da sociedade e dos cidadãos.

Como o Procurador Rodrigo Janot justificou o pedido de afastamento de Cunha?

Para que fique muito claro aos ouvintes da Rádio 9 de julho, quem é o atual presidente da Câmara dos Deputados, vamos repetir palavras do Procurador Geral ao justificar, perante o Supremo Tribunal Federal, o pedido de afastamento de Cunha de cargo tão importante como o de Presidente da Câmara.

Diz Rodrigo Janot: ... *os fatos indicam que existe um grupo de parlamentares liderado por Eduardo Cunha que vem se valendo dos mandatos e prerrogativas, tais como poder de requisição e convocação, a fim de pressionar e intimidar terceiros...* acrescentando que os alvos dos ataques são *empresários ou qualquer pessoa que possa contrariar os interesses do grupo criminoso do qual Eduardo Cunha faz parte...* Janot afirma ainda... *que Cunha promove a utilização criminosa das prerrogativas parlamentares* e pede o afastamento do mesmo, do cargo de deputado federal, tendo em vista assegurar o pleno andamento das investigações.

Estas afirmações podem ser encontradas na reportagem do jornal O Estado de S. Paulo, de domingo, dia 20/12/15. É uma vergonha para a Câmara Federal que, conhecedora dos fatos, não foi capaz de, por iniciativa própria afastar Cunha da presidência da instituição.

Cunha está usando o cargo de mais alta importância para os destinos do país para aprovar medidas contra o interesse do povo e para retardar sua mais que merecida cassação. Já deveria ter se afastado do cargo, por iniciativa própria, há tempo.

Infelizmente, o Supremo Tribunal Federal, no caso de Cunha não agiu com a mesma rapidez com a qual respondeu ao pedido de prisão do senador Delcídio, também acusado de estar atrapalhando investigações. A prisão do senador foi autorizada no mesmo dia em que o pedido foi feito. Mas a decisão sobre o afastamento de Cunha do cargo de deputado só acontecerá em fevereiro, quando terminarem as férias da justiça.

Infelizmente, vamos levar este problema para 2016.

Mais um motivo para, com muito mais empenho, continuar a coleta de apoios ao Projeto de Lei de Iniciativa Popular *Eleições Limpas*, pois, com urgência, precisamos de outro sistema eleitoral.

Como afirma o MCCE em seu manifesto de início de dezembro: *Eduardo Cunha é a representação pessoal do colapso de um modelo eleitoral instituído a partir de barganhas estabelecidas em desproveito da sociedade brasileira. Trata-se de um quadro que tem início com a compra do voto e se concretiza com a mercantilização do mandato. A partir daí, o desvio de verbas públicas torna-se uma necessidade e uma consequência inevitável.* [*www.mcce.org.br*](http://www.mcce.org.br)

Entre no site do Movimento Combate á Corrupção Eleitoral, MCCE, imprima a folha de assinaturas, colete os apoios e conheça o restante do manifesto sobre Cunha e o atual sistema eleitoral.

Não tire férias da luta cidadã!